



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

STF pode pôr fim à confusão na lei do piso docente

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em **IMPRENSA**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 16/03/11



CLIPPING

Veículo: Valor Econômico	Editoria: Brasil	Data: 16/03/11
Assunto: STF pode pôr fim à confusão na lei do piso docente		Página: 23

STF pode pôr fim à confusão na lei do piso docente

A indefinição sobre o cumprimento da Lei Nacional do Piso dos Professores pode ter um ponto final amanhã, três anos depois de ela ter sido aprovada por unanimidade no Congresso e assinada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgará ação direta de inconstitucionalidade (Adin) dos governadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Ceará e Mato Grosso do Sul, que foram contra e apresentaram questionamentos à legislação - nº 11.738, de 2008. O processo tem causado confusão na aplicação das regras desde o início.

Polêmicas que cercam a lei do piso, no entanto, deverão persistir na agenda educacional. O Valor apurou que, se a Adin for derrubada pelo STF amanhã, Estados e municípios vão alegar problemas de caixa para aumentar salários e contratar mais pessoal. Ainda não existe um levantamento consolidado sobre o impacto, mas o chefe da Casa Civil do governo do Rio Grande do Sul, Carlos Pestana, calcula que precisará de R\$ 2 bilhões extras para elevar os atuais salários da rede estadual. Cerca de 30% dos professores gaúchos da primeira faixa de carreira têm salário-base de R\$ 712, 66% abaixo do piso atual, de R\$ 1.187,97.

A secretária-geral da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Maria do Carmo Lara, prefeita de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte, diz que "será preciso refazer um pacto, o Ministério da Educação e os Estados terão que destinar, principalmente para as cidades de pequeno porte, mais recursos para o Fundeb [fundo público que acumula recursos de todas as esferas de governo, principalmente para o pagamento de despesas de pessoal da educação]."

"Esperamos que o Supremo entenda que é fundamental valorizar o professor para a educação avançar. Não podemos mais conviver com salários de R\$ 500, R\$ 600, nem com a condição de que as leis feitas no Brasil são boas, mas nunca pegam", afirma Roberto Franklin Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

No julgamento da Adin, o Supremo vai analisar duas alegações que, segundo protesto dos cinco governadores, a lei do piso "viola princípio que assegura a autonomia aos entes federados". A primeira diz respeito ao conceito de remuneração: os Estados sustentam que o piso deve ser a soma de salário-base e gratificações. A segunda trata da autonomia para os Executivos definirem o tempo da jornada extraclasse do professor.

Já a lei original, debatida em todo o país, prevê como piso o salário base, sem os chamados "penduricalhos" do contracheque. Sobre o período de dedicação docente, o texto define o cumprimento de, no máximo, dois terços da carga horária a atividades fora da sala de aula. "Os governos alegam que vão ser obrigados a contratar mais profissionais. Claro, mas é preciso entender que essa é uma reivindicação antiga, e os professores usarão o tempo livre para planejar melhor as aulas, corrigir provas, atender alunos e comunidade, hoje eles fazem isso no sábado, domingo", complementa Leão.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.rct-sc.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: excom@sed.rct-sc.br; ramais: 6161, 6163;

A presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), Maria Nilene Badeca da Costa, que também é secretária de Educação do Mato Grosso do Sul, disse que o seu Estado e outros terão que cortar gastos de custeio e investimento para se adequar a um novo cenário.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 16/03/11
Assunto: Retorno		Página: 23

Retorno

O ex-ministro e ex-senador gaúcho Carlos Chiarelli visitou ontem o secretário Marco Tebaldi (Educação), em Florianópolis. Hoje, Chiarelli se dedica à produção de conteúdos Educacionais.

CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 16/03/11
Assunto: MEC quer acabar com as bolsas parciais		Página: 30

MEC quer acabar com as bolsas parciais

O ministro da Educação, Fernando Haddad, defendeu mudanças na lei do Programa Universidade Para Todos (Prouni) para oferecer mais vagas e acabar com as bolsas parciais, que cobrem 50% da mensalidade. Para ele, o ideal é que todas as bolsas sejam integrais. Um relatório aponta que, em média, 29% das vagas do Prouni não são preenchidas. O programa oferece vagas em universidades particulares para alunos com renda familiar mensal per capita de até três salários mínimos (R\$ 1.635). Desde o início do Prouni, em 2005, 31% das bolsas oferecidas são parciais.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 16/03/11
Assunto: Exame para avaliar habilidades será aplicado neste domingo		Página: Online

Exame para avaliar habilidades será aplicado neste domingo

As provas do Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja) serão aplicadas no próximo domingo (20), em 837 escolas espalhadas por todo o país. O Encceja tem como objetivo avaliar as habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de acesso à escolaridade regular na idade apropriada.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) enviou, via correios, o cartão de confirmação de inscrição para os 142.545 inscritos. Mas os participantes podem consultar na internet o local onde farão a prova, desde que tenham em mãos o número de seu CPF.

As provas serão aplicadas pela manhã e à tarde. No período matutino – das 8h30 às 12h30 –, serão feitas provas de história, geografia e ciências naturais. Na parte da tarde, os participantes poderão fazer as provas de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, educação física, redação e matemática, das 14h30 às 19h30. Cada prova terá 30 itens de múltipla escolha e mais um tema proposto para a redação.

Os candidatos devem ficar atentos aos horários de aplicação. Pela manhã, os portões serão abertos às 7h e fechados cinco minutos antes do início do exame. À tarde, as escolas abrirão entre 13h e 14h25. Os candidatos devem levar um documento de identificação com foto, o CPF, o cartão de confirmação de inscrição e uma caneta esferográfica transparente de tinta preta. Não será permitida a entrada com aparelhos eletrônicos, relógio, material de estudo, lápis, borracha, apontador, grafite, calculadoras, conforme edital do exame.

O Encceja é uma oportunidade para jovens e adultos com mais de 15 anos concluírem os estudos. Se atingirem a pontuação mínima exigida, 100 pontos em cada uma das provas escolhidas, receberão certificado do Ensino Fundamental emitido pela Secretaria de Educação do estado ou do município do candidato.



CLIPPING

Veículo: Jornal do Senado	Editoria: Educação	Data: 16/03/11
Assunto: Haddad defende meta de 7% do PIB para educação		Página: Online

Haddad defende meta de 7% do PIB para educação

Ministro da Educação esteve em audiência pública no Senado para apresentar o Plano Nacional de Educação para a década de 2011 a 2020

Em sua primeira participação em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) depois do início do novo governo, o ministro da Educação, Fernando Haddad, defendeu ontem a meta de destinar ao setor pelo menos 7% do produto interno bruto (PIB). O percentual consta do projeto do Plano Nacional de Educação para a década de 2011 a 2020, que se encontra na Câmara dos Deputados. Segundo Haddad, o montante é suficiente para garantir o cumprimento dos demais objetivos do plano.

Durante a audiência, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), duas senadoras consideraram modesta a meta de investimento. Marinor Brito (PSOL-PA) lembrou que os 7% do PIB já estavam previstos em projeto aprovado há uma década — e terminaram vetados. Kátia Abreu (DEM-TO) observou que países como Chile e México têm investido mais do que o Brasil na educação e criticou a baixa qualidade das escolas rurais.

Haddad disse não ter conhecimento de nenhum país na América Latina que invista em educação mais do que 6% do PIB. A média observada nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), comparou, está em 5%, equivalentes ao aplicado hoje pelo Brasil. Os dois pontos percentuais a mais previstos para 2020 serão acrescentados ao longo da década, com aumento médio de 0,2 ponto percentual a cada ano.

— Foi fixada uma meta coerente com as demais. Fizemos uma conta de quanto precisaremos para cumprir cada meta. Não pode ser um número mágico.

O ministro observou que foram incluídas no novo plano de educação metas "factíveis, claras e mensuráveis", para que a sociedade possa acompanhar o desempenho do governo. As metas incluem a formação e a valorização do magistério, com objetivos como o de aproximar o rendimento médio do professor ao de outros profissionais com escolaridade equivalente.

Prouni e piso

Álvaro Dias (PSDB-PR) citou números de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) para criticar a condução do programa Universidade para Todos (Prouni), que teria vagas ociosas já pagas pelo governo nas instituições privadas de ensino. O ministro assegurou que uma vaga não oferecida em um semestre pelas instituições com fins lucrativos deverá ser oferecida no semestre seguinte.

Marisa Serrano (PSDB-MS) questionou o atual piso salarial do magistério, estipulado em R\$ 1.187. Segundo ela, o valor deveria subir para cerca de R\$ 1.500, de acordo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.rct-sc.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: excom@sed.rct-sc.br; ramais: 6161, 6163;

com interpretação da lei do piso salarial feita pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O ministro respondeu que o valor atual decorre de uma interpretação da lei feita pela Advocacia-Geral da União. Já Pedro Simon (PMDB-RS) e Paulo Bauer (PSDB-SC) elogiaram o diálogo mantido pelo ministro com prefeitos e governadores de todos os partidos políticos. Participaram ainda do debate os senadores João Pedro (PT-AM), Ângela Portela (PT-RR), Wellington Dias (PT-PI), Magno Malta (PR-ES) e Walter Pinheiro (PT-BA).